A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO

Por: Danilo Vitor Martins Cunha

O instituto da responsabilidade civil busca oferecer segurança jurídica, para apropriar a equidade e uma convivência harmônica, procurando possibilitar e simplificar o acesso à reparação de danos a um número de pessoas cada vez maior, visando ao ideal de ressarcir toda pessoa que porventura tenha sofrido injustamente um dano. A evolução das relações sociais e jurídicas já não autoriza a atribuição de lesões ao acaso e não permite que arque com o dano aquele que sofreu. A responsabilidade civil, em regra, e a responsabilidade civil do advogado, em particular, é um campo fértil, digno de maior atenção. Portanto, o que se percebe é a transformação da advocacia em atividade mercantil, o que é expressamente vedado pelo Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil, deixando de respeitar os princípios basilares dessa atividade, e até mesmo não dando a devida atenção a quem os contrata, ocorrendo, neste caso as condutas desonrosas desses profissionais, consubstanciadas em erros grosseiros. Por isso é necessário analisar a responsabilidade civil da advocacia, a relação entre o advogado e o cliente e os danos que a situação desse profissional pode causar ao constituinte, através do estudo dos conceitos e pressupostos do Instituto da Responsabilidade Civil, da responsabilidade subjetiva e a objetiva, a responsabilidade contratual e extracontratual, como também a teoria do resultado, no qual, se divide em obrigações de meios e de resultado. Além disso, é feito a análise da responsabilidade civil do advogado, sua natureza jurídica, suas formas de contrato, a presunção da culpa e imputação de responsabilidade civil do advogado, a distinção entre obrigação de meio e de resultado e suas relações com o Código de Defesa do Consumidor, a Constituição Federal, o Estatuto da OAB e o Código de Ética e disciplina da OAB.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil, Advocacia, Consumidor.